

Conselho de Saúde do Distrito Federal

ATA DA QUADRINGÉSIMA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

1 Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, no Plenário do Conselho de Saúde  
2 do Distrito Federal – CSDF, SIG, Quadra 01 – Centro Empresarial Brasília, salas 316 a 319, realizou-se  
3 a Quadringéssima Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal  
4 – CSDF. A Reunião contou com a presença da Presidente do CSDF, Lourdes Cabral Piantino, da  
5 Secretária Executiva do CSDF, Andressa Cristina de Oliveira Silva Cavalcante, dos conselheiros  
6 segmento gestor: Osnei Okumoto, Sérgio Luiz da Costa, Moema Liziane Silva Campos, Paulo  
7 Eduardo Guedes Sellera, Delmo Matos Menezes, Ricardo Ramos dos Santos, Bárbara de Jesus  
8 Simões, Anna Karina Vieira da Silva, Marcos de Sousa Ferreira, Vanessa Dalva Guimarães Campos,  
9 Maria Lívia Daniela Barbosa Ribeiro, Isis Maria Magalhães; dos conselheiros segmento trabalhador:  
10 João Daniel Ferreira Mendes, Jeovânia Rodrigues Silva, Márcio da Mata Souza, Alberto Henrique  
11 Barbosa, Milson Marinho de Araújo Barbosa Júnior, Williamar Dias Ribeiro, Jefferson de Sousa  
12 Bulhosa Júnior, Marina Saraiva Garcia, Humberto de Oliveira Lopes, Tiago Sousa Neiva, Rosalina  
13 Aratani Sudo; dos conselheiros segmento usuário: Darly Dalva Silva Máximo, Yunara Fernandes  
14 Venturelli, Igor Tadeu Viana Dantas, Silvestre Araújo, Raimundo Nonato de Lima, Luís Carlos Macedo  
15 Fonseca, Domingos de Brito Filho, João Elias Lima Araújo. Justificaram ausência as Conselheiras  
16 Marly de Fatima, Fátima Rôla, Maria Cristina, além do Conselheiro William. Conselheira Lourdes  
17 Cabral Piantino, Presidente do CSDF, iniciou a reunião às 09h18. Disse que é uma satisfação receber  
18 o Secretário de Saúde na Reunião Ordinária do CSDF, além dos Conselheiros gestores. Destacou a  
19 importância da paridade no Conselho de saúde do DF. Posse do (as) Conselheiros (as) do  
20 segmento gestor: Sérgio Luís da Costa – membro suplente; Moema Liziane Silva Campos – membro  
21 titular; Paulo Eduardo Guedes Sellera – membro suplente; Delmo Matos Menezes – membro titular;  
22 Ricardo Ramos dos Santos – membro suplente; Bárbara de Jesus Simões – membro titular; Anna  
23 Karina Vieira da Silva – membro suplente; Marcos de Sousa Ferreira – membro titular; Vanessa Dalva  
24 Guimarães Campos – membro suplente. Andressa Cristina, Secretária Executiva do CSDF, efetuou  
25 a leitura dos respectivos Termos de Posse e estes foram assinados solenemente. Osnei Okumoto,  
26 Secretário de Saúde, indicou o Conselheiro Delmo para compor a Mesa Diretora, representando o  
27 segmento gestor. Foi feita uma breve apresentação ao pleno por cada conselheiro. Informes –  
28 Conselheiros, convidados e Secretária Executiva Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Conselheiro  
29 Jefferson Bulhosa criticou a criação de institutos para gestão da saúde, opinando que isso não irá  
30 resolver o problema da saúde. Disse que não há nada hoje que se resolva para atender a população  
31 de acordo com ela era atendida. Conselheiro Raimundo Nonato citou o falecimento do jornalista  
32 Ricardo Boechat, acontecido dia 11 de fevereiro. Manifestou preocupação com a situação do HIV/AIDS  
33 em Brasília, ressaltando que é necessário melhorar a prevenção no DF. Conselheiro Milson alertou  
34 que as enzimas cardíacas estão paradas por falta de insumos devido a suspensão do contrato. Disse  
35 que a UPA da Ceilândia é negligenciada e criticou as condições de trabalho. Conselheira Rosalina  
36 disse que os trabalhadores estão preocupados com a culpabilização ao servidor. Destacou a falta de  
37 insumos e a desorganização na aquisição de materiais necessários. Disse que a Câmara Legislativa  
38 do DF, no dia 25 de fevereiro, irá realizar audiência pública sobre a Saúde Mental. Disse ainda que,  
39 no dia 10 de março, também na CLDF, irá ser realizada audiência pública sobre a saúde. Conselheiro  
40 Williamar sublinhou a falta de comunicação que ocorreu na gestão passada e desejou sorte à nova  
41 gestão. Citou a participação do SUS no entorno, em referência a falta do repasse de verbas. Disse que  
42 40% dos pacientes no Hospital Regional do Gama e de Santa Maria são oriundos da RIDE e é  
43 necessário o repasse dos recursos ao DF. Conselheiro Tiago Neiva disse que nos últimos quatro ou  
44 cinco anos o CSDF não teve uma rotatividade grande e com isso conseguiu construir uma imagem  
45 bem razoável do que é a gestão de saúde no DF. Citou a Programação Anual de Saúde, feito  
46 importante para o CSDF, além de outros debates muito construtivos. Citou a boa qualificação do CSDF  
47 e que este é um lugar para a construção de caminhos para a Secretaria de Saúde funcionar bem,

48 destacando que o Conselho é um colaborador em potencial e além de destacar a importância de se  
49 trabalhar em conjunto. Disse que de 2011 até a gestão Humberto houveram falhas gravíssimas na  
50 execução orçamentária, sobretudo Atenção Primária e Vigilância em Saúde. Conselheiro Humberto  
51 citou a falta de medicamentos na rede e a descentralização da logística de distribuição de  
52 medicamentos aprovada no final do ano passado, considerando este um aspecto importante. Destacou  
53 a importância do Alfailink. Osnei Okumoto, Secretário de Saúde, respondeu ao Conselheiro Milson,  
54 sobre as enzimas cardíacas, explicando que parece que o contrato que havia sido lesado tinha uma  
55 distribuição dessas enzimas para hospitais que não faziam esse tipo de emergência como o HMI. B.  
56 Disse que quando chegou ao final do ano, que tinha que ser assinada a renovação, o Dr. Humberto  
57 não assinou a renovação desse contrato, então perdeu-se a possibilidade da renovação em  
58 decorrência de que tinha algumas coisas a serem vistas para que se pudesse então dar andamento e  
59 não se pagar a mais. Disse que em 2015 a SES teve 318,9 milhões de pagamentos sem contrato, em  
60 2016 foram 569 milhões e em 2017 570 milhões, então esses pagamentos sem contrato vinham muito  
61 em decorrência de que tinha vencido os contratos, mas as empresas continuavam prestando  
62 assistência em decorrência da necessidade urgente da SES. Disse que esse é um problema muito  
63 sério. Respondeu em relação à UPA da Ceilândia, que se está acompanhando de perto essa UPA.  
64 Disse que foi feito um mapeamento nesse primeiro mês e providências estão sendo tomadas para que  
65 tudo possa acontecer dentro do seu tempo, mas se sabe que existem algumas limitações como a parte  
66 de estrutura, então a subsecretaria de infraestrutura tem corrido atrás disso se espera que pelo menos  
67 as emergências sejam resolvidas em breve. Disse, em relação à assistência farmacêutica, que vai se  
68 iniciar um novo momento na gestão, que muitas situações estão sendo acompanhadas e será  
69 implantado um novo sistema para acompanhamento e controle dos medicamentos. Respondeu,  
70 quanto ao questionamento acerca dos exames laboratoriais, que havia um problema de logística e de  
71 interface. Disse que entrou em contato com a equipe de informática e foi informado que cerca de 80%  
72 dos laboratórios que estão com equipamento novo já estão interfaceados e já estão funcionando sem  
73 nenhum tipo de problema. Disse que não teve custo nenhum para a SES, os próprios técnicos da SES  
74 resolveram o interfaceamento, e não teve custo nenhum para a SES, os próprios técnicos da SES  
75 resolveram esse interfaceamento. Disse que nos últimos dias mais de duzentos mil exames foram  
76 processados e todos eles foram diretamente para o sistema sem a necessidade de digitação. Disse  
77 que, como farmacêutico, dá total apoio à gestão dos medicamentos, que se tenha agilidade na  
78 entrega nas localidades, mas principalmente, que se consiga ter um controle melhor, que se possa  
79 fazer a aquisição desses medicamentos de uma maneira mais racional. Justificou informando que não  
80 se tem uma média histórica dentro da SES para se saber quanto se utiliza de cada medicamento  
81 padronizado, que essas quantidades que aí estão não são reais, não se tem uma noção ao certo  
82 devido a esse descontrole na questão da informática. Disse que o que acontecia era que se fazia a  
83 entrega do medicamento e logo em seguida já não se tinha abastecimento da própria central de  
84 distribuição. Disse que é um motivo de preocupação pois não dá para se ficar fazendo compras  
85 emergenciais. Pediu o máximo de apoio do CSDF para que se possa colocar essas coisas mais  
86 urgentes, que se consiga colocar em dia, disponibilizar todos esses atendimentos para a população  
87 de uma maneira mais clara e eficiente. Andressa Cristina, Secretária Executiva do CSDF, informou  
88 recebimento no CSDF de Ofício-Circular da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da  
89 Saúde convidando para um treinamento de representantes dos Comitês de Goiás, DF e Minas Gerais,  
90 nos dias 20 e 21 de março de 2019. Disse que eles solicitam a indicação de um representante do  
91 CSDF, lembrado que o custeio da participação é de responsabilidade da instituição mantenedora do  
92 convidado. Conselheiro Domingos explicou a razão da participação na Comissão e a sua respectiva  
93 importância. Foi indicado o Conselheiro Raimundo Nonato como participante. Item 01 – Apresentação  
94 e aprovação da Pauta 427ª Reunião Ordinária do CSDF – Coordenação: Mesa Diretora CSDF.  
95 Conselheira Lourdes Cabral Piantino, Presidente do CSDF, efetuou a leitura da pauta. Foi solicitada  
96 a inclusão da escolha das Coordenações para a Comissão da Conferência de Saúde. Aprovada a  
97 pauta com a inclusão solicitada, por unanimidade. Item 02 – Apresentação e aprovação das Atas –  
98 423ª RO, 424ª RE e 425ª RO. Coordenação: Mesa Diretora. Conselheiro Márcio da Mata chamou a  
99 atenção que se vai fazer a aprovação de uma ata relacionada a uma reunião passada em que foi  
100 colocado o Relatório Anual de Gestão, aprovado com ressalvas, e então ficou preocupado com a  
101 informação que o Secretário colocou que tem muita despesa realizada nos anos anteriores sem  
102 cobertura de contrato, e foi identificado já pela gestão atual. Disse que nesse relatório de gestão, na  
103 apresentação desse relatório, não se recorda de ter sido falado em despesa sem cobertura contratual.  
104 Opinou que é uma condição grave que não foi apresentada pela gestão à época. Frisou que essa  
105 situação não foi apresentada pela gestão, pelo menos não que se lembre. Conselheira Jeovânia  
106 esclareceu que o RAG foi encaminhado para todos os Conselheiros apreciarem embora um Grupo de

107 Trabalho tenha sido constituído para analisá-lo. Recordou que no Relatório Anual de Gestão 2017  
108 constam as execuções orçamentárias, porém não constam, necessariamente, os contratos vinculados  
109 aos orçamentos executados, pois isto é competência da Comissão de Acompanhamento de Contratos  
110 da SES/DF. Portanto, é necessária a efetiva participação deste Conselho no acompanhamento do  
111 Fundo de Saúde do DF, por onde passam efetivamente todas as questões relativas aos contratos e  
112 suas execuções, para que não se confundam as coisas, porque o RAG não traz citação dos contratos.  
113 Disse, mais uma vez, para não se misturar as coisas, porque quando o relatório de gestão foi entregue  
114 foram especificados, em relação às execuções orçamentárias, se os recursos vêm do Governo  
115 Federal, do Governo do Distrito Federal, se de emendas parlamentares ou não, mas não consta  
116 detalhamento de contratos firmados, não tem nenhum sequer que tenha sido demonstrado no RAG  
117 2017. Disse que lá se tinha as execuções orçamentárias, não necessariamente cada contrato  
118 vinculado aos orçamentos executados, porque a competência da Comissão de Acompanhamento de  
119 Contratos da própria SES, e aí ter-se-ia que ver a efetiva participação desse Conselho no Fundo de  
120 Saúde do DF, por onde passa efetivamente toda essa questão dos contratos e de suas execuções,  
121 para não se misturar com outras coisas, porque se se olhar o RAG, ele não faz citação dos contratos.  
122 Disse para não se misturar as coisas porque quando ele entregou o Relatório ele fala lá da questão  
123 das execuções orçamentárias, se o recurso vem de emendas ou não, mas, detalhamento de contratos  
124 firmados, não tem um sequer lá que tenha sido demonstrado. Conselheiro Domingos complementou  
125 as informações esclarecendo que colocado no pleno, e sempre ficou claro pela gestão passada,  
126 nenhum contrato passaria por aqui, colocado pela gestão passada. Disse ainda que se está no meio  
127 de uma mudança de alteração de Regimento do Fundo de Saúde, exatamente pautada em um desses  
128 itens. Disse que a Comissão do Fundo de Saúde não aprovou, pode-se parecer absurdo, e se quer  
129 mudar o Regimento em função disso. Ressaltou que não aprovou regimentalmente despesas do Fundo  
130 de Saúde, por isso este alerta do RAG. Disse que o RAG trazido a este pleno aprova ou tem aprovado  
131 apenas gestões, sem fluxo de caixa, qualquer movimento financeiro. Frisou que este pleno não  
132 aprovou, pelo menos no tocante a ele próprio. Conselheira Lourdes Cabral Piantino, Presidente do  
133 CSDF, voltando à questão da aprovação da ata, disse que na verdade se irá aprovar a ata que foi  
134 discutida no CSDF com a aprovação do RAG, com ressalvas, e independente dessa nova situação,  
135 propôs ao Secretário de Saúde que faça uma apresentação dessas questões que foram levantadas  
136 por essa nova gestão para o Conselho para que se tenha conhecimento do que está acontecendo e  
137 até que se possa fazer uma análise mais profunda do RAG a partir desse conhecimento que até o  
138 momento não se tem é que o Conselho consiga ter acesso às questões discutidas com a Comissão  
139 do Fundo de Saúde. Conselheiro Domingos disse que na realidade é só mudança regimental para  
140 que essa Comissão tenha respaldo ou aprovação do que foi gasto ou de receitas futuras e, mais ainda,  
141 esclareceu que ele, como membro representante do Fundo de Saúde, trouxe aqui no mês de novembro  
142 a apresentação do Fundo de Saúde relativa à sua gestão, as reuniões decorridas no ano de 2018, e  
143 ainda que "en passant", foi apresentado a esse Conselho a participação da Comissão no Fundo de  
144 Saúde. Conselheiro Osnei Okumoto sugeriu que os novos conselheiros se abstenham da presente  
145 votação. Conselheira Lourdes Cabral Piantino, Presidente do CSDF, propôs que a votação e  
146 aprovação das atas seja realizada na próxima reunião. Conselheiro Domingos esclareceu que,  
147 mesmo não sendo servidor público, o conselheiro responde civil e criminalmente nos mesmos  
148 parâmetros de servidor público. Conselheira Lourdes Cabral Piantino, Presidente do CSDF, lembrou  
149 que já houve caso no CSDF em que conselheiras usuárias responderam a processo e estão com todos  
150 os bens bloqueados enquanto o processo está em andamento. Foi aprovada a transferência da  
151 votação e aprovação das atas para a próxima reunião. Conselheira Lourdes Cabral Piantino,  
152 Presidente do CSDF, informou a realização de Reunião Extraordinária no dia 26 de fevereiro para  
153 análise da PAS 2019. Item 03 – Apresentação da minuta que altera o Regimento Interno do CSDF.  
154 Coordenação: Mesa Diretora. Expositor: GT do Regimento Interno do CSDF. Conselheira Lourdes  
155 Cabral Piantino, Presidente do CSDF, solicitou vista ao processo, justificando que a forma pela qual  
156 a proposta foi apresentada deixa dificuldade para que os conselheiros entendam as sugestões de  
157 alteração do Regimento, além do que se tem hoje nove novos conselheiros que não conhecem o  
158 Regimento. Disse que agora tem sete dias para apresentar essa nova proposta do Regimento, que  
159 será encaminhado por e-mail aos conselheiros para análise e conhecimento, podendo ser  
160 apresentadas novas propostas também. Conselheiro William ponderou que teve acesso a essa  
161 minuta de alteração do Regimento e como conselheiro trabalhador identificou várias partes que retiram  
162 mecanismos protetores dos conselheiros trabalhadores, que algumas ideias podem entrar em atrito  
163 com a própria gestão. Conselheira Lourdes Cabral Piantino, Presidente do CSDF, esclareceu ao  
164 pleno que quando há pedido de vista a discussão do tema acaba, mas entende a importância da  
165 participação do trabalhador e como foi ela própria que solicitou vista convidou o Conselheiro William

166 a participar da discussão. Conselheiro Domingos explicou que feito o pedido de vista, o relator do  
167 pedido de vista terá que apresentar uma proposta na próxima reunião ordinária e encaminhar aos  
168 membros do pleno sete dias antes da reunião. Item 04 - Escolha de três conselheiros (lista tríplice)  
169 para compor o Conselho Fiscal do IHB, a fim de substituir os conselheiros Danylo Vilaça e  
170 Danielle Cavalcante. Conselheira Lourdes Cabral Piantino, Presidente do CSDF, explicou a  
171 composição do tema ao pleno. Foram apresentadas as candidaturas dos Conselheiros Willian  
172 Silvestre, Igor e Paulo Sellera. Seguiu-se a votação: Conselheiro Igor obteve oito votos, Paulo Sellera  
173 obteve nove votos, Silvestre obteve dez votos e Willian obteve dez votos. Conselheiro Domingos  
174 proferiu as indicações: Conselheiro Paulo Sellera, Willian e Silvestre. Item 05 – Apresentação  
175 referente ao problema com o Hospital Dia em relação a IST/AIDS. Coordenação: Mesa Diretora.  
176 Expositor: Conselheiro Raimundo Nonato. Conselheiro Raimundo Nonato apresentou o tema ao  
177 pleno. Disse que fez essa convocação para o diretor do Hospital Dia em função de algumas pessoas  
178 que foram até ele, conselheiro, e disseram que o Hospital Dia está não está recebendo os casos  
179 notificados e detalhou os fatos. Conselheiro Delmo indicou três pessoas para contribuir com a  
180 apresentação sendo o próprio diretor, Dr. Fagundes, Dra. Livia e Dra. Eliene. Dr. Fagundes, Gerente  
181 do Hospital Dia, detalhou as rotinas e procedimentos do Hospital. Eliene, Gerente de Serviços  
182 Ambulatoriais, continuou a explanação contextualizando o atendimento no DF. Dra. Livia, médica  
183 infectologista, detalhou os procedimentos adotados, fluxo e limitações observadas. Foi aberto o tema  
184 às colocações e observações dos Conselheiros. Conselheiro Willianar questionou que, durante a fala  
185 do Dr. Fagundes quando foi comentado que haveria possibilidade de um estudo da regulação realizar  
186 o primeiro atendimento e a prescrição, como seria esse primeiro atendimento; Conselheiro Raimundo  
187 Nonato disse que desde 2012 se tem a rede nacional, a rede estadual e a rede distrital, que trabalhava  
188 junto com o Ministério da Saúde e a SES. Disse que desde 2012 que essa rede foi desarticulada pelo  
189 próprio governo porque não dava condições das pessoas participarem dos encontros anuais, frisando  
190 que essa rede é muito importante; Conselheiro Tiago Neiva disse que se tem vários conceitos de  
191 atenção primária, que acredita seja capaz de atender 80 a 90% dos problemas de saúde mais comuns  
192 da população. Disse que a questão é que é preciso que se tenha uma curva de aprendizado para ser  
193 competente para assistir esses problemas mais comuns. Disse que, por uma série de questões, e  
194 talvez a mais importante seja uma questão de foro íntimo, os portadores de HIV/AIDS não costumam  
195 usar os serviços de atenção primária de modo geral e não se deve exigir isso deles. Disse que a  
196 questão é que se esse paciente, apesar de preferencialmente ser da atenção primária, não usa a  
197 atenção primária e prefere o ambulatório de infecto, é preciso respeitar essa decisão e garantir o  
198 acesso. Disse que alternativamente, é preciso garantir que eles também tenham acesso à atenção  
199 primária e, tendo esse acesso eles vão exigir que sejam encaminhados e então surge um problema  
200 pois essa porta, para nós, é uma porta de difícil acesso. Disse que é necessária uma solução  
201 inovadora, considerando que seria uma solução razoável um médico clínico generalista atuar no  
202 Hospital Dia, pois estaria ao lado dos infectologistas que fariam o matriciamento e ele teria uma  
203 assistência generalista que não necessariamente seria da infecto. Disse que o seu questionamento  
204 seria mais esse canal de diálogo que é preciso ter. Dr. Fagundes respondeu às colocações dos  
205 conselheiros. Conselheira Moema efetuou colocações acerca das alterações das regiões de  
206 atendimento e referências, frisando que os pacientes da região centro-sul não estão desassistidos e  
207 sem referência pois grande parte deles já era acompanhado no Hospital Dia e continuam sendo. Disse  
208 que ainda que os pacientes de DST/AIDS tenham um acompanhamento no Hospital Dia os pacientes  
209 da Centro-Sul ainda têm demandas e a proposta para essa demanda sobressalente é a regulação em  
210 panorama 2 ou até que se contratasse vagas em panorama 2 ou um outro plano que também está  
211 na programação, ter nas quatro policlínicas infectologia; Conselheiro Luís Carlos comentou acerca da  
212 falta de políticas para atendimento a essa população; Conselheiro João Elias disse que não concorda  
213 com duas coisas que não concorda porque não funcionam, primeira é a regulação, se a regulação não  
214 funciona para outras patologias, para um paciente de HIV que é um paciente vulnerável e precisa de  
215 um atendimento imediato não vai funcionar. Disse que a atenção básica também não tem como  
216 funcionar, disse que é preciso de uma outra conversa para esse tema pois as infecções são constantes.  
217 Disse que se tem que ter uma política consistente de prevenção visando o uso do preservativo. Eliene  
218 disse que na regulação hoje se tem pelo menos onze especialidades médicas reguladas e com  
219 sucesso, entre elas cardiologia e endocrinologia, e essa regulação vem acontecendo, porém existe a  
220 questão de fluxo, que é uma outra discussão. Disse que houve uma reunião, no dia 04 de julho do ano  
221 passado, para a discussão de como seria feita essa transferência dos usuários e dos servidores que  
222 estavam na 905 sul para a unidade do lago sul, e na sequência houve uma reunião com os usuários  
223 da 905 para realizar essa transferência, então não é tão simples assim, mas queria trazer esse  
224 posicionamento da SES em dialogar com a sociedade civil organizada antes das mudanças.

225 Conselheiro João Daniel citou a falta de informação ao usuário até porque muda muito em um curto  
226 espaço de tempo. Citou a questão dos estudos epidemiológicos que se pode adiantar essa demanda;  
227 Conselheiro Silvestre disse que quando o usuário está dentro de uma unidade básica ele sai com o  
228 laudo médico que dá direito a ele de adquirir o passe livre para que possa dar início ao seu tratamento,  
229 então ele é encaminhado para a 112 sul , que é o local onde se atende a pessoa com deficiência e os  
230 doentes crônicos, porém esse mesmo laudo médico, que é assinado pelo médico do DF, tem que  
231 passar por mais três médicos. Questionou se o paciente está com o laudo médico, está inserido na  
232 regulação, esse laudo está carimbado e assinado pelo médico do GDF, porque ele tem que passar  
233 por mais esse médico da 112 sul. Sugeriu que essa demanda fosse levada pela SES à Secretaria de  
234 Mobilidade ver se poderia acabar com essa burocracia; Conselheiro Humberto comentou acerca da  
235 dificuldade em reagentes para diagnóstico, se está dentro da normalidade. Dr. Fagundes respondeu  
236 que é importante salientar que os reagentes, assim como os preservativos, são fornecidos pelo  
237 Ministério da Saúde, então às vezes ocorre um atraso no repasse ao DF. Dra. Lívia complementou a  
238 resposta em relação ao estudo epidemiológico, que com relação ao paciente com DST/AIDS às vezes  
239 é difícil realizar por regional. Disse que às vezes o paciente prefere se tratar longe do seu domicílio.  
240 Conselheiro Alberto efetuou colocações. Lembrou que foi falado que a SES não cresceu como a  
241 população de Brasília, e a solução para isso seria a contratação de profissionais. Conselheiro Osnei  
242 Okumoto, Secretário de Saúde, achou interessante a proposta de um Grupo de Trabalho no CSDF  
243 para tratar do assunto, da necessidade de mais infectologistas e de ampliação de cargas horárias.  
244 Disse que no dia anterior assinou o aditamento da carga horária de uma servidora da unidade de  
245 saúde em referência. Disse que quando estiver em um lugar que for observado que há tal necessidade,  
246 será feito o atendimento dessas solicitações, logicamente com um Grupo de Trabalho, com um  
247 documento do CSDF, se poderá fazer esses atendimentos mediante a solicitação que foi feita pelo  
248 conselheiro quando levantou essa situação. Conselheiro Raimundo Nonato respondeu ao  
249 Conselheiro Silvestre com referência ao questionamento sobre o passe livre. Conselheira Lourdes  
250 Cabral Piantino, Presidente do CSDF, encaminhou a criação do Grupo de Trabalho. Foi informado  
251 que já existe um Grupo de Trabalho no CSDF, faltando a indicação de um gestor para a composição.  
252 Conselheira Jeovânia, questão de ordem, referiu-se à Comissão Permanente de Acompanhamento  
253 das ISTs, por conta de sua inconsistência, uma vez que o representante do segmento gestor era o Dr.  
254 Marcus Quito e o representante dos trabalhadores era o João Cardoso, então sugeriu a deliberação  
255 imediata da recomposição da comissão. Foi indicado o Conselheiro Williamar como representante do  
256 segmento dos trabalhadores. Andressa Cristina, Secretária Executiva do CSDF, fez a leitura dos  
257 componentes para recomposição da Comissão Permanente, os Conselheiros Williamar, Raimundo  
258 Nonato e João Elias, e as Conselheiras Marly de Fátima, Magda Maria, Yunara e Moema. Conselheira  
259 Lourdes Cabral Piantino, Presidente do CSDF, propôs que se trate da MADEB e após a Coordenação  
260 da Conferência. Item 06 - Representatividade do Movimento Afrodescendente de Brasília -  
261 MADEB no CSDF. Conselheira Lourdes Cabral Piantino, Presidente do CSDF, apresentou o tema  
262 ao pleno. Disse que a AJL questionou a participação do segmento afrodescendente no CSDF  
263 entendendo que este não pode fazer parte do CSDF. Detalhou o histórico dos fatos. Encaminhou a  
264 manutenção da MADEB como integrante do CSDF até a eleição de agosto justificando que, seguindo  
265 o Regimento, se tem uma entidade representativa de usuários cujo representante foi excluído do  
266 Conselho por não cumprir a questão da frequência e esta ainda não mandou o substituto, além de que  
267 existe outro segmento dos usuários que também não mandou substituto e não se consegue contato  
268 com esta entidade, então se retirar o MADEB vai se ficar com três conselheiros usuários a menos e  
269 como não foi responsabilidade do MADEB e ele já está nesse conselho a três anos e meio  
270 praticamente, então sugeriu que se vote pela continuidade até a próxima eleição. Luís Maurício opinou  
271 que se deve fazer uma mudança na representatividade no CSDF, defendendo uma mudança na  
272 própria Lei 4.604. Conselheiro Tiago Neiva suscitou questão de ordem informando que o Regimento  
273 não prevê esta representatividade no Conselho, não há o que se debater tendo em vista o que o  
274 Regimento prevê, além do que existe uma comissão que está revendo o Regimento Interno e que  
275 acredita que essa comissão vai corrigir esses equívocos. Disse que não há o que esse Conselho  
276 discutir de aceitar a representatividade da associação pois o regimento não prevê. Frisou que o  
277 Conselho não pode contraditar uma decisão da AJL a não ser que se tenha outra assessoria, opinando  
278 que é bastante temerário o Conselho se colocar contra. Conselheiro Luís Carlos colocou que os  
279 movimentos sociais são representativos da sociedade, porém deve-se pensar que uma Lei Distrital  
280 não pode se sobrepor a uma Lei Federal. Conselheira Jeovânia disse que é extremamente válida a  
281 reivindicação da MADEB porém opinou que não é competência do CSDF resolver essa questão, que  
282 entende que é extremamente antidemocrática a exclusão de qualquer tipo de representação na saúde,  
283 contudo o que está em jogo é um dispositivo de uma lei distrital onde não se tem nenhuma

284 sobreposição da resolução do Conselho Nacional amparado na lei distrital, é uma lei antiga, de 2011,  
285 caberia a ela uma série de adequações pois é restritiva e alguns aspectos até antidemocrática, porém  
286 o espaço dessa discussão , no seu entendimento, não é no Conselho do DF. Opinou que é interessante  
287 que conste que passou pelo Conselho a discussão e sugere ao MADEB compor um grupo de pessoas,  
288 talvez como as entidades que compoñham o Conselho do DF, mas no âmbito da Câmara Legislativa.  
289 Disse que a resolução mais adequada é no âmbito da Câmara Legislativa com apoio do Conselho do  
290 DF. Conselheira Lourdes Cabral Piantino, Presidente do CSDF, citou o aviso público feito à época  
291 pelo CSDF, em 2015, classificando-o como equivocado, pois ao invés de colocar o que estava na lei  
292 4.604 colocou, no chamamento público, o que está no Conselho Nacional de Saúde. Opinou que se  
293 discuta a questão. Conselheiro Tiago Neiva ponderou que não se pode votar contrariando o  
294 Regimento Interno. Disse que o equívoco será corrigido na revisão do Regimento Interno. Conselheiro  
295 Williamar disse que em sua opinião a administração pública é dotada de autotutela e se identificou  
296 algum erro ela pode sim debruçar sobre isso e evitar o efeito deletério, pois se impugnar essa  
297 instituição todos os atos deste Conselho serão da mesma forma impugnados. Conselheiro Domingos  
298 explicou que a lei também diz que ela não retroage para que se possa corrigir ou beneficiar alguém,  
299 se o ato foi cometido sem dolo nada é nulo. Conselheira Jeovânia disse que está ocorrendo um  
300 equívoco pois esse item da pauta foi apresentado com uma proposta encaminhada pela Presidente do  
301 CSDF de manutenção do mandato. Foi apresentado como uma justificativa de que a  
302 representatividade deles cumpriu o requisito, que foi do Aviso Público, e na verdade o que houve foi  
303 uma falha no Aviso. Disse que o MADEB está de boa-fé, o Conselho entende da importância de ele  
304 ser representado, a proposta da Presidente de que a instituição conclua o seu mandato independente  
305 do que a AJL encaminhou, porém, o debate está indo por um caminho equivocado pois entende que  
306 a proposta da Presidente resolve o problema no momento, contudo o que ele traz de alerta é que se  
307 for atender a legislação a lei que rege o Conselho do DF é absolutamente antidemocrática pois  
308 restringe as representações, porém essa discussão não é para cá, e sim para a Câmara Legislativa.  
309 Conselheira Lourdes Cabral Piantino, Presidente do CSDF, citou o capítulo sétimo das disposições  
310 gerais e transitórias do Regimento Interno, que os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação  
311 do Regimento Interno serão dirimidas pelo plenário do CSDF, e é por isso que trouxe essa questão.  
312 Disse que o pleno é soberano em suas decisões. Conselheiro Marcos opinou que é uma questão  
313 simples. Disse que vai ocorrer a mudança do Regimento, além de que também o CSDF tem poder de  
314 independente da lei máxima ou mínima colocar os representantes que ele deseja. Conselheiro Tiago  
315 Neiva disse que o CSDF prevê especificamente quem pode ser representante no pleno. Conselheira  
316 Lourdes Cabral Piantino, Presidente do CSDF, explicou por que trouxe a questão ao pleno. Disse  
317 que teve o entendimento de que, como se recebeu um questionamento da AJL, quis trazer essa  
318 questão ao pleno, porém entende que se tem muitas divergências e não tem como, nesta reunião,  
319 concluir absolutamente nada. Propôs que a Mesa Diretora do CSDF responda à AJL esse despacho e  
320 a partir dessa resposta e da devolutiva da AJL se traga essa questão ou encerre de acordo com a  
321 legislação vigente. Encaminhou a busca de outro parecer jurídico para embasamento. Disse que a  
322 Mesa Diretora vai encaminhar à AJL uma resposta. Inclusão de Pauta: escolha dos Coordenadores  
323 das Comissões para a 10ª Conferência Distrital de Saúde. Andressa Cristina, Secretária  
324 Executiva do CSDF, explicou o tema ao pleno, referente à necessidade da indicação de componentes  
325 para integrar a Comissão Organizadora da 10ª Conferência Distrital. Explicou que o Coordenador Geral  
326 é a Presidente do Conselho e que ela indica o Coordenador Adjunto, sendo indicado então o  
327 Conselheiro Domingos. Disse que o Conselheiro Delmo foi indicado como Secretário Geral, e este  
328 indicou Tatiana como adjunto. Comissão de Relatoria Geral: Conselheira Jeovânia e Conselheiro  
329 Tiago Neiva como adjunto. Conselheiro Delmo informou que, como ARINS e Secretaria de Saúde,  
330 está muitíssimo empenhado em realizar a melhor Conferência Distrital de Saúde que já houve no DF,  
331 que foi na semana passada no Instituto Serzedello Corrêa e conseguiu a cessão do espaço, inclusive  
332 a parte de mídia, e pediu apoio dos Conselheiros. Informou que espera reunir em torno de 500 a 600  
333 pessoas, que o evento terá uma abertura técnica e uma abertura oficial à noite com a presença do  
334 Ministro da Saúde, do Governador, do Secretário de Saúde, da Presidente do CSDF. Ressaltou que  
335 está muito empenhado na realização da Conferência. Patrícia Pivetta, ARINS, detalhou as ações  
336 tomadas para a realização da Conferência Andressa Cristina, Secretária Executiva do CSDF,  
337 continuou a designação dos Coordenadores. Coordenador de Comunicação, Informação e  
338 Acessibilidade: Conselheiro Igor como Coordenador e um integrante da ASCOM, como adjunto.  
339 Coordenador de Articulação e Mobilização: Conselheira Fátima Rôla. Coordenador de  
340 Infraestrutura e Acessibilidade: Conselheiro Silvestre e Conselheiro João Daniel como adjunto.  
341 Coordenador de Cultura e Educação Popular: Conselheiro Raimundo Nonato e Conselheira  
342 Lourdes como adjunto. Lembrou ao pleno que cada Coordenação poderá ter os membros, que também

343 podem ser conselheiros ou da SES, além de pessoas de fora para ajudar. Item 07 – Apresentação  
344 do parecer do Processo nº 0278-000714/2016 – Construção de sede para os Conselhos  
345 Regionais - Criação de Base do Conselho Regional de Saúde de Planaltina. Coordenação: Mesa  
346 Diretora. Expositor: Conselheiro Domingos de Brito. Conselheiro Domingos de Brito apresentou o  
347 tema ao pleno, informando que o processo do projeto chegou ao Conselho porque transcorreu em  
348 várias mãos e acabou não tendo solução. Foi feita a análise do projeto para construção das sedes dos  
349 conselhos regionais e em primeiro lugar que foram foi ao Fundo de Saúde consultar se havia verba  
350 para o projeto, sendo respondido que não. Disse que o processo e o projeto têm uma série de vícios  
351 e erros propriamente ditos e que, se aprovado no CSDF, mais à frente induzirá a uma nulidade dele e  
352 uma série de percalços provocado por ele. Propôs o arquivamento do atual processo e início de um  
353 novo processo. Respondeu ao questionamento feito se haveria necessidade de votação informando  
354 que não, pois o relator do parecer está informando que não existe a mínima condição de ser aprovado.  
355 Conselheiro Tiago Neiva questionou se é vantagem investir em um projeto para construção de sedes  
356 de Conselhos Regionais e unidades ao invés de investir em um processo para aluguel de salas,  
357 concessão de salas, que não envolvam gastos com construção. Disse que são necessárias sedes, que  
358 isso é uma previsão legal, e construir nessa cidade é muito difícil, que é preciso obedecer e cumprir  
359 uma série de exigências legais, e isso é muito demorado. Disse que enquanto isso não se tem aluguel  
360 de sedes para os Conselhos Regionais. Opinou que se está perdendo tempo e, em face ao  
361 contingenciamento, não se conseguirá recursos para isso. Disse que o processo nem pode recomeçar  
362 e é preciso um processo para aluguel, concessão, etc. Conselheira Lourdes Cabral Plantino,  
363 Presidente do CSDF, lembrou que, obedecendo ao Regimento, cabe ao Secretário de Saúde  
364 disponibilizar espaço para o Conselho de Saúde Distrital e cabe às Superintendências a  
365 disponibilização de espaços para os Conselhos Regionais, além da disponibilização de Secretária  
366 Administrativa de 20 horas. Sublinhou a necessidade de o Secretário realizar um trabalho bem claro  
367 com as superintendências acerca de tais necessidades. Item 08 – Alimentação dos servidores  
368 plantonistas da SES-DF. Coordenação: Mesa Diretora. Expositor: Conselheiro William Dias Ribeiro.  
369 Conselheiro Delmo disse que na gestão anterior foram solicitadas informações e foi esclarecido que  
370 as mudanças em relação à alimentação dos servidores ocorreram devido a um decreto de 2015 pois  
371 a situação financeira do DF estava crítica. Disse que foi verificado que o Conselheiro William  
372 apresentou em pleno que foi parcialmente atendido pela questão das 18 horas que foram  
373 contempladas, então sugeriu que é melhor para debater sobre o assunto ouvir a Doutora Carolina  
374 Rebelo, da Gerente de Nutrição, e em seguida iria pedir vista. Carolina, Nutricionista, explicou ao  
375 pleno a atual situação em relação aos contratos vigentes. Disse que os contratos que estão em vigor  
376 atualmente são oriundos de um pregão que aconteceu em 2015, porém os contratos só foram  
377 assinados, alguns, em 2017 e outros, a maioria deles, em 2018. Disse que quando o termo de  
378 referência do pregão eletrônico foi elaborado, em 2015, não existia a previsão de 18 horas, então na  
379 ocasião havia uma necessidade de redução do valor, o contrato de alimentação é um dos contratos  
380 mais caros da SES, e foi definido que para o servidor do período de 12 horas seria fornecida uma  
381 refeição no meio do plantão ou não seria uma refeição para o servidor entrar no plantão nem para o  
382 servidor sair do plantão, porque o entendimento na ocasião era que o servidor que entraria no plantão  
383 poderia fazer uma refeição antes de entrar no plantão e, da mesma forma, o servidor que sairia do  
384 plantão poderia fazer uma refeição quando ele saísse do plantão, então a obrigação da SES seria com  
385 a refeição no meio do plantão de 12 horas. Continuou explicando que o servidor de 12 horas que entra  
386 no plantão às 07 horas e termina às 19 horas recebe o almoço, e o servidor que inicia o plantão às 19  
387 horas e termina às 07 horas recebe a ceia. Disse que na ocasião a ceia era uma refeição mais  
388 consumida que o jantar e esse foi um dos motivos que se optou pela ceia, e a ceia não é simplesmente  
389 um lanche, inclui uma preparação quente, uma sopa, uma massa, uma torta, enfim, tem uma  
390 composição que do ponto de vista nutricional, avaliado pela equipe da gerência de nutrição, está de  
391 acordo com o programa de alimentação do trabalhador. Disse que na época não existia previsão das  
392 18 horas então por isso não foi contemplada, mas o Secretário corrigiu a portaria que foi publicada em  
393 julho, em novembro, então o servidor de 18 horas, que aí sim ficaria muitas horas em se alimentar ele  
394 pode fazer duas refeições, mas o servidor de doze horas, conforme o entendimento, continuou fazendo  
395 jus a uma refeição. Conselheiro Delmo pediu vista ao processo. Conselheiro William, como questão  
396 de ordem, disse que foi permitido que a parte da gestão se pronunciasse, inclusive ele próprio pediu a  
397 pauta há três reuniões, porém considerou que a sua fala estava sendo suprimida no pleno. Disse que  
398 a gestora falou que foi atendida via portaria e não foi atendida, que se tem servidores oito horas sem  
399 alimentação, que o antigo Ministério do Trabalho tinha uma recomendação que não pode haver período  
400 sem alimentação superior a seis horas. Disse que se tem um inquérito civil em andamento, que se  
401 pode solucionar isso, pode pedir a retirada desse inquérito civil, que é uma coisa que dá impacto de

402 menos de 200 mil reais. Conselheira Lourdes Cabral Piantino, Presidente do CSDF, disse que é o  
403 entendimento que foi feito um acordo, um pedido de vista, e o convite a uma discussão com ele próprio,  
404 Conselheiro Williamar, que é um representante dos trabalhadores, e demais representantes. Disse que  
405 ninguém está tirando essa discussão. Disse que essa matéria não tem condições de ser discutida aqui  
406 porque a documentação necessária não foi trazida pelo Conselheiro Williamar. Conselheiro Williamar  
407 informou que trouxe a documentação desde o ano passado. Conselheira Lourdes Cabral Piantino,  
408 Presidente do CSDF, disse que aquela questão já foi resolvida. Conselheiro Williamar afirmou que a  
409 questão não foi resolvida. Conselheiro Tiago Neiva disse que o debate não está prejudicado e sim  
410 sobrestado. Conselheiro Márcio da Mata disse que teve uma reunião essa semana com a Comissão  
411 da Atenção Primária e esclareceu que houve um item acerca das portarias 77 e 78, que essa discussão  
412 toda foi construída dentro do Conselho de Saúde e isso foi já muito bem esclarecido junto ao  
413 Secretário, ao Dr. Sérgio, Elissandro, então fica aqui esse esclarecimento de que a condução da  
414 estratégia de saúde da família pela SES será sempre prioridade pela gestão, pela atual Secretaria de  
415 Saúde, que não há esse tipo de ruído, que qualquer alteração que for ser feita, qualquer ajuste, será  
416 feito em conformidade com o que é discutido no CSDF. Osnei Okumoto, Secretário de Saúde,  
417 agradeceu a receptividade e disse que a Secretaria está aberta, que é nesse nível que gostaria de  
418 manter relação com as comissões do Conselho e logicamente se poder estar caminhando juntos com  
419 as comissões que já tem. Enfatizou a presença do Dr. Marcos, Presidente da FEPECS, que tem um  
420 trabalho maravilhoso. Agradeceu a presença de todos os técnicos da SES que estão presentes,  
421 principalmente os que estão com os conselheiros, e todo o apoio das pessoas presentes. Conselheira  
422 Lourdes Cabral Piantino, Presidente do CSDF, agradeceu o compromisso da gestão que está  
423 trabalhando junto no Controle Social, que é paritário e sem a paridade não se consegue trabalhar para  
424 o bem de todos os usuários, trabalhadores e gestores. A 427ª RO foi encerrada às 13h15. Foi lavrada  
425 a presente ata por mim, Ítalo de Araújo Verlangieri, secretário ad-hoc, para posterior apreciação e  
426 assinatura dos Conselheiros. Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

**LOURDES CABRAL PIANTINO**  
Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal

**ANDRESSA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA CAVALCANTE**  
Secretária Executiva do Conselho de Saúde do Distrito Federal

**OSNEI OKUMOTO**  
Conselheiro titular – Secretário de Estado de Saúde do DF

**SERGIO LUIZ DA COSTA**  
Conselheiro Suplente – Secretário Adjunto de Assistência à Saúde – SES/DF

**MOEMA LIZIANE SILVA CAMPOS**  
Conselheira titular – Superintendente da Região de Saúde Centro-Sul – SES/DF

**PAULO EDUARDO GUEDES SELLERA**  
Conselheiro Suplente – Subsecretário de Planejamento em Saúde – SUPLANS/SES/DF

**DELMO MATOS MENEZES**  
Conselheiro titular – Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica e Participativa e  
Relações Institucionais - ARINS

RICARDO RAMOS DOS SANTOS  
Conselheiro suplente – Diretoria de Estratégia Saúde em Família – SES/DF

BÁRBARA DE JESUS SIMÕES  
Conselheira titular - Fundação Hemocentro de Brasília

ANNA KARINA VIEIRA DA SILVA  
Conselheira suplente – Fundação Hemocentro de Brasília – FHB/SES

MARCOS DE SOUSA FERREIRA  
Conselheiro titular – Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde do DF/SES-  
DF

VANESSA DALVA GUIMARÃES  
Conselheira suplente - Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência de Saúde do DF

MARIA LÍVIA DANIELA BARBOSA RIBEIRO  
Conselheira titular – Hospital das Forças Armadas - HFA

ISIS MARIA MAGALHÃES  
Conselheira suplente - Hospital da Criança de Brasília - José Alencar

JOÃO DANIEL FERREIRA MENDES  
Conselheiro titular - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – 11ª  
região DF / GO

JEOVÂNIA RODRIGUES SILVA  
Conselheira suplente - Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal - SODF

MÁRCIO DA MATA SOUZA  
Conselheiro titular - Sindicato dos Enfermeiros do DF

ALBERTO HENRIQUE BARBOSA  
Conselheiro titular – Associação Médica de Brasília - AMBr

MILSON MARINHO DE ARAÚJO BARBOSA JÚNIOR  
Conselheiro suplente - Sindicato dos Biomédicos do Distrito Federal –  
SINDBIOMÉDICOS/DF

WILLIAMAR DIAS RIBEIRO  
Conselheiro titular – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito  
Federal – SINDATE/DF

JEFFERSON DE SOUSA BULHOSA JÚNIOR  
Conselheiro suplente - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de  
Saúde – SINDSAÚDE/DF

MARINA SARAIVA GARCIA  
Conselheiro suplente - Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal – 01 -  
CRPDF

HUMBERTO DE OLIVEIRA LOPES  
Conselheiro titular – Conselho Regional de Farmácia do DF – CRF/DF

TIAGO SOUSA NEIVA  
Conselheiro titular - Sindicato dos Médicos do DF

ROSALINA ARATANI SUDO  
Conselheira suplente - Associação Brasileira de Enfermagem do Distrito Federal – ABEn-  
DF

DARLY DALVA SILVA MÁXIMO  
Conselheira titular – Central de Movimentos Populares do Distrito Federal – CMP/DF

YUNARA FERNANDES VENTURELLI  
Conselheira titular – Centro Acadêmico de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília –  
CASCO/UnB Ceilândia

IGOR TADEU VIANA DANTAS  
Conselheiro suplente - Centro Acadêmico de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília  
– CASCO/UnB Ceilândia

SILVESTRE ARAÚJO  
Conselheiro titular - Associação Cultural Recreativa Esportiva Farmacêutica do Distrito  
Federal – ACREF/DF

RAIMUNDO NONATO DE LIMA  
Conselheiro titular – Movimento Integrado de Saúde Comunitária do Distrito Federal –  
MISMEC/DF

LUÍS CARLOS MACEDO FONSECA  
Conselheiro titular – Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos da Previdência  
Social do Distrito Federal e Entrono – ASAPREV/DF

DOMINGOS DE BRITO FILHO  
Conselheiro titular – Pastoral de Saúde do Distrito Federal

JOÃO ELIAS LIMA ARAÚJO  
Conselheiro suplente – Associação Brasileira de Combate à AIDS – Grupo Arco-Iris

